



## **Blasfêmia na Amazônia: a Vila de Macapá sob olhares da Inquisição Portuguesa**

DANILO CAETANO MENDES\*

**Resumo:** O presente trabalho pretende abordar a Santa Inquisição na Amazônia por meio de um processo de blasfêmia aberto em abril de 1780 na Vila de Macapá, Capitania do Grão Pará. O processo 05638, o qual foi aberto contra João da Silva e João Rodrigues, permite visualizar numa redução de escala como se desenrolou a estrutura da Santa Inquisição na fronteira amazônica. A análise desse processo permite compreender o alcance não apenas da Igreja Católica, mas também da estrutura administrativa e jurídica da coroa portuguesa. Com isso, nesse trabalho lançaremos mão de procedimentos teóricos metodológicos ligados a História Cultural, a micro história e a paleografia. Esses procedimentos vão ser cruzados com modelos de história local e regional para que possamos compreender o caso específico da Inquisição na Amazônia com estudo de caso sobre a Macapá do século XVIII.

**Palavras-chave:** Inquisição; Blasfêmia; Vila de Macapá.

### **Introdução**

Este artigo, que é fruto do projeto de pesquisa elaborado pela disciplina de “Trabalho de Conclusão de Curso” e subsidiado pelas pesquisas da Iniciação Científica, traça uma discussão bibliográfica em cima do processo Inquisitorial que se encontra no Arquivo da Torre do Tombo, em Portugal.

Neste sentido, o estudo da temática da Inquisição demonstra um enorme fôlego para sua discussão, o que pode ser feito principalmente com base numa visão micro histórico, semelhante ao que foi utilizado por Carlo Ginzburg (2001). Por meio de um processo inquisitorial, o autor constrói bases para a discussão da temática, contribuindo para rememorar não só traços da igreja católica, mas também das suas influencias sobre a sociedade.

---

\*Bolsista de Iniciação Científica (PROBIC), Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amapá UNIFAP, Brasil. Email: danilocmendes18@yahoo.com.br.



Outra obra que nos apresenta uma visão diferenciada por meio do direito, é a obra de João Bernardino Gonzaga (1993), na qual o autor defende e retrata a respeito da construção da Inquisição dentro do seu tempo, ou seja, do contexto histórico o qual estaria inserido, buscando contrapor a uma ideia estabelecida por intelectuais da historiografia.

Outro importante trabalho que fortalece o debate é a de Michael Baigent e Richard Leigh (2001), que ressaltam o papel da instituição a partir de sua construção e dos princípios que a permeavam, que estavam tão arraigados e intrínsecos, que fariam de tudo para defendê-la, o que substancialmente esta inserida na parábola de Feodor Dostoievski utilizada pelos autores.

Abordando o tema da Santa Inquisição, Thiago Bezerra em sua Dissertação de Mestrado (2015) mostra com bastante clareza por meio do estudo de caso de Caetano Eleutério de Bastos, como se pode identificar os meandros da Inquisição no além mar, e demonstrando como a força desta instancia ultrapassou os limites europeus; se instalando no que é conhecido como Amazônia Colonial, sendo utilizada como instrumento de “firmação” da doutrina católica.

Por conseguinte, investigando como se deu este processo inquisitorial, e suas possíveis peculiaridades, visto que o processo se dá em uma região diferenciada do que comumente é estudada, que é a Europa. Estando na Amazônia, e mais curioso ainda, o fato de ser na Vila de Macapá, este processo suscita a ideia e questionamentos, principalmente sobre como a Inquisição buscava estar nos mais longínquos lugares, levantando assim documentação a respeito do território local, através da transcrição do documento processual da Santa Inquisição.

### **A relevância dos estudos sobre Inquisição**

A partir de uma análise de um processo, pretende compreender o alcance não apenas da Igreja Católica, mas também da estrutura administrativa e jurídica da coroa portuguesa. O que pode ser observado na obra de João Bernardino Gonzaga (1993). O autor apresenta a ideia de que a Inquisição foi “uma instância de tortura e de morte, um elemento de repressão ideológica, a serviço de todos os totalitarismos, religião e aparelhos de Estado” (GONZAGA, 1993, p.135).



Neste sentido, formando diretrizes para uma argumentação do ponto de vista jurídico, através dos processos que desencadearam o estilo do Santo Ofício e principalmente para a historiografia que tem tido um papel significativo revelando as engrenagens punitivas da Inquisição, porém deixando de lado peculiaridades de casos mais específicos, os quais poderiam contribuir para o debate.

Outra importante obra que se insere neste debatimento é a de Michael Baigent e Richard Leigh (2001), que ressaltam o papel da instituição a partir de sua constituição. Com a ideia de levarem a doutrinação e salvação através da fé católica, chegaram ao “novo mundo”, afinal “onde os exploradores, “conquistadores”, soldados e colonos puseram o pé, logo os seguiram missionários ibéricos. Onde os missionários puseram o pé [...], logo os seguia a Inquisição” (BAIGENT e LEIGH, 2001, p.100). O que demonstra como este tema está ligado à construção histórica, não somente europeia, mas também americana, e mais especificamente a da religiosidade e das relações de sociabilidade na América Portuguesa.

Logo, podemos observar a partir do trabalho de Ronaldo Vainfas (2014) que nos revela como a Inquisição em solo brasileiro se fez presente, perpassando pela vida íntima da população, e buscando estabelecer uma força, que já era grande com a presença missionária, mas que não conseguiam se fazer valer a partir da retórica dos padres. Sendo assim, necessária a presença do Santo Ofício, para “domesticar o pecado de mil faces e convertê-lo em instrumento da fé, assim pretendiam os jesuítas levar a Reforma Católica ao ultramar” (VAINFAS, 2014, p.59), concordando neste sentido com Michael Baigent e Richard Leigh (2001) que “tendo alcançado seu apogeu na Espanha e em Portugal, a Inquisição estendeu seu braço [...] para o Novo Mundo e, além Mar”.

Além disso, o autor destaca e se debruça em relação ao período Moderno da história, que para ele foi o qual a Inquisição e principalmente o estilo de justiça, atingiria seu apogeu. Um estilo de justiça muito bem elaborado, que é bem caracterizado na obra de João Bernardino Gonzaga (1993), e que inclusive se distingue, segundo Rachel Mizrahi (2007) do medieval, quando a Igreja perseguiu hereges albigenses cátaros e valdenses. Distingue-se também da Inquisição Ibérica introduzida na Espanha e em Portugal para perseguir principalmente o cristão-novo.

Abordando o processo da Santa Inquisição, Thiago Bezerra em sua Dissertação de Mestrado “Inquisição e poder: um comissário do Santo Ofício na “Amazônia” Portuguesa



(1745-1763)”, esclarece os processos de ascensão social e o contexto que propiciou a formação de uma rede de funcionários da Inquisição no Grão-Pará durante o século XVIII; com isso evidenciando a importância e o status, além do poder que esta instituição exercia sobre a sociedade local.

O que difere os trabalhos de João Gonzaga (1993), Michael e Leigh (2001) e Ronaldo Vainfas (2014) da dissertação de mestrado de Thiago Bezerra (2015) é justamente o aprofundamento da vida social, já que Gonzaga (1993) se atém bem mais a instituição em si e a sua funcionalidade. Michael e Leigh (2001) fazem um apanhado geral da Inquisição e de seus “enfrentamentos” pelo mundo; e Vainfas (2014) se preocupa em retratar os motivos que trouxeram o braço da Inquisição ao Brasil, apenas relatando alguns casos que exemplificam isso. Já Bezerra (2015) se especifica em um caso, para demonstrar como o cotidiano e a vida de um representante do Santo Ofício interfere nas relações sociais que permeiam a história.

Com isso, percebemos, por exemplo, o potencial de análise, numa perspectiva semelhante ao que foi utilizado por Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes* (2006), no qual o autor retrata a vida de um moleiro, acusado pela Santa Inquisição, devido as suas palavras “errôneas”. Obra inclusive ressaltada, já que “Menocchio foi processado por suas ideias sobre a Criação, a Igreja e os sacramentos, mistura original de crenças populares e valores eruditos” (VAINFAS,2014, p.248)

Entretanto, o trabalho de Ginzburg (2006) se atém a Itália, e diferentemente de Bezerra (2015), o mesmo põe em destaque o ponto de vista de um simples camponês, de um acusado e condenado pela Inquisição, e não de representante da mesma como o caso de Caetano Eleutério. Vainfas (2014) também não nos apresenta de forma contundente esta abordagem em uma escala redutiva, assim como Michael e Leigh (2001) e Gonzaga (1993).

Com isso, podemos perceber como as discussões a respeito do tema perpassam por diversas perspectivas. Porém poucos se ativeram ao ponto de vista de agentes sociais que geralmente não estão inseridos na historiografia, como o caso de João da Silva e João Rodrigues, os quais estão na fronteira amazônica, na Vila de Macapá, do Grão Pará. Afinal nesta vila encontramos um “braço” da Igreja que funcionava como um mecanismo de controle social desta instituição, o mesmo que se encontrava em outras regiões da América Espanhola e da Europa como afirmam Michael e Leigh (2001).



O processo de João da Silva e João Rodrigues pode nos situar a respeito das peculiaridades locais, as quais estão atreladas a complexas redes sociais, pautadas em uma hierarquia principalmente militar por esta ser construída ao redor do fortim da Fortaleza de São José de Macapá. Além de não haver registro de trabalhos como este, e como elas se entrelaçam as ações da Inquisição Ibérica, no caso do ano de 1780, já que “a Inquisição e o estilo inquisitorial de justiça atingiram seu apogeu na Época Moderna” (VAINFAS, 2014, p.247).

### **Análise e perspectivas metodológicas**

Lançando mão dos procedimentos teóricos ligados a História Cultural, a micro história; e metodológicos como a paleografia; esses três procedimentos são cruzados com modelos de história local e regional para que possamos compreender o caso específico da Inquisição na Amazônia com estudo de caso sobre a Vila de Macapá do século XVIII.

O processo 05638, o qual foi aberto contra João da Silva e João Rodrigues, leva a entender como esta instituição influenciava o modo de viver, a cultura e o modo de pensar das pessoas. Lançando mão de uma estratégia teórico metodológica assentado numa redução de escala, já testado em outras pesquisas, como Queijo e os Vermes (2006), pretende-se compreender como se desenrolou a estrutura da Santa Inquisição na fronteira amazônica. A partir da acusação do Pároco da Vila, que os acusa por terem cometido crimes contra a lei de Deus, caracterizado como blasfêmia; os colocando em processo que culminou na sentença ao cárcere localizado dentro da fortaleza de São José de Macapá.

A partir disto, percebe-se como o desenrolar deste trabalho se subsidiará principalmente em um processo inquisitorial, o qual foi “gerado a partir de supostas heresias cometido contra a Igreja Católica, e por elas julgadas no tribunal da Inquisição do Santo Ofício” (GRINBERG, 2012, p.127). Tendo como finalidade vislumbrar como homens e mulheres que não são abarcados pela história oficial, possivelmente viveram em suas relações, recuperando assim o cotidiano e a cultura dos trabalhadores.

Os processos judiciais, segundo Keila Grinberg (2012), em grande parte analisados por historiadores como Carlo Ginzbug (2006), tiveram uma significativa influencia na historiografia brasileira, principalmente a partir de 1980. Esta influencia se explica pelas possibilidades de análise dos processos, que geralmente trazem informações dos envolvidos, a



partir de nomes, idades, os valores de determinado contexto, ou seja, toda uma construção de fatos ou ideias, que podem ajudar a responder como determinadas instituições influenciavam a vida destes agentes sociais.

Além disso, este tipo de fonte possui uma enorme riqueza, pela grande quantidade de informações que foram produzidas permitindo entender peculiaridades na dinâmica social. Vale destacar que parte importante desses processos ainda não foram exploradas por historiadores, em parte devido ao modo como estão guardados, em porções de arquivos judiciários, que na maioria das vezes são de difícil acesso e insalubres; outro problema é a caligrafia, principalmente do século XVI, XVII e XVIII que dificultam a leitura. Mesmo com essas dificuldades, apoiados no processo de digitalização dos acervos, foi possível utilizar nesse trabalho um processo disponível no site do Arquivo da Torre do Tombo em Portugal.

Neste sentido, a produção de João Bernardino Gonzaga (1993), traça uma análise profunda, revisando a construção destes processos criminais por parte da inquisição, dentro do seu contexto histórico. Pensando assim, na montagem do discurso que permeava determinada época, afinal “o que nos interessa é o processo de transformação dos atos em autos, sabendo que ele é sempre uma construção de um conjunto de versões” (GRINBERG, 2012, p.128), e para isso, é fundamental determinar a realidade a qual esta inserida.

Em um exemplo de trabalho realizado a partir de fontes produzidas pelo judiciário, Giovanni Levi (2000) revela fragmentos do Piemonte do século XVII, “utilizando uma técnica intensiva de reconstrução das vicissitudes biográficas de cada habitante”. O autor analisa a cultura estabelecida no mundo camponês, vendo-a como uma estratégia frente às mudanças que o local vinha sofrendo, reconstituindo assim o ambiente social e cultural da cidade.

Como podemos perceber, o autor se utiliza principalmente do conceito de cultura popular, termo muito presente na obra de Carlos Ginzburg (2006), por meio da micro-história que recupera a memória popular do século XVI através de um rico processo inquisitorial a respeito de Domenico Scandella, o qual foi condenado por suas ideias e visão de mundo que diferiam do que era pregado pela igreja.

Ginzburg (2006) exemplifica como este “indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo, pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico”. Com isso, o autor demonstra possibilidades de como a



documentação pode reconstituir pensamentos, crenças de artesãos, camponeses, soldados e trabalhadores de forma geral através de filtros intermediários como os processos judiciais.

Do mesmo modo, outra obra que contribui para o debate acerca do uso de fontes inquisitoriais, é o de Ronaldo Vainfas (2014), o qual esquadrinha os valores pregados na América portuguesa, pautados principalmente em torno da sexualidade. Com isso, Ronaldo Vainfas se utiliza de diversos processos produzidos pelo Santo Ofício, os quais demonstram como funcionavam as engrenagens da igreja, que exercia um forte papel ideológico na mentalidade local, através das agências de poder, condutas morais e sexuais e os modelos de comportamento.

Sob o mesmo ponto de vista de Giovanni Levi, Thiago Bezerra (2015) aborda o processo da Santa Inquisição na região Amazônica, com base na trajetória do padre Caetano Eleutério de Bastos, “no sentido de expor o universo das relações sociais a que o Comissário estava submetido” (BEZERRA, 2015, p.12). O autor utiliza processos e denúncias inquisitoriais em que os Comissários atuaram e trabalha com análise de redução de escala, assim como Ginzburg (2006), a fim de revelar as relações sociais específicas do ambiente social.

Este trabalho segue uma linha de pesquisa relacionada à Política, instituições e Relações de Poder, sendo apoiada no modelo de análise micro-histórico proposto por Ginzburg (2006), na qual se pretende entender parte da cultura que se apresentava na Vila de Macapá do século XVIII. Neste sentido, Peter Burker (2010) ao afirmar que “na maioria dos lugares havia uma estratificação cultural e social”, indica o estabelecimento de uma forte relação de poder entre o que o autor coloca como cultura erudita e cultura popular.

Partindo deste pressuposto, Berwanger e Leal (2008), permitem ilustrar o emprego da paleografia, método que é apresentado elaborado como um manual para a correta realização desta tarefa. Além de ressaltar como este método foi sendo incorporado de maneira incisiva nos estudos da sociedade do Antigo Regime Europeu e a América Portuguesa com as regras e os procedimentos que apoiaram esta pesquisa na transcrição do processo.

### **Conclusão**

Como pode ser observada, esta pesquisa ainda se encontra em andamento, buscando ainda responder questões mais pertinentes e que posam fortalecer o debate a respeito da



Inquisição não somente em um contexto regional ou local, mas também internacional, afinal o que se torna realmente relevante para os trabalhos são sua significância dentro do ambiente científico.

Com isso, as pesquisas iniciais demonstram uma pequena parcela do que ainda se pretende alçar. Contudo já é possível tatear algumas noções de como a Igreja Católica estava presente na Vila de Macapá, e a sua influencia na vida das pessoas que aqui viveram, principalmente soldados, entre outros moradores e construtores, os quais estavam presentes na movimentada construção da Fortaleza de São José de Macapá, a qual não passava de um fortim protegendo a região. E mesmo assim, anterior a ela a presença da igreja já era altamente relevante.

## **Bibliografia**

ANDERSON, Perry. *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

AZEVEDO, João Lúcio. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999.

BAIGENT, Michael; LEIGH, Richard. *A Inquisição*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

BERWANGER, Ana Regina. *Noções de Paleografia e Diplomática*. 3 ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições, Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*, 3. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BEZERRA, Thiago Gomes. *Inquisição e Poder: um comissário do Santo Ofício na “Amazônia” Portuguesa (1745-1763)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

BOSCHI, Caio C. *As visitas diocesanas e a Inquisição na colônia*. Revista Brasileira de História. São Paulo, n. 14, vol.7, mar./ago. 1987.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das letras, 1998.

BURKE, Peter, *Variedades de história cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.





CAMILO, Janaína Valéria Pinto. *Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)*. Dissertação de Mestrado em História Social defendida da UNICAMP, 2003, p. 79-149.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONZAGA, João Bernardino. *A Inquisição em seu mundo*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

GRINBERG, Keila. *Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciais*. In: Carla B. Pinsky; Tania Regina de Luca. (Org.). *O historiador e suas fontes*. 1ed. São Paulo: Contexto, 2009, v. 1, p. 119-139

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemontês do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MIZRAHI, Rachel. Inquisição no Brasil: 9 de julho de 1711. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *Dicionário de datas da História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 159.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.